

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 1426

Data: 17.05.81

Pg.: _____

Xavantes conquistam terra que reivindicavam em MT

JOSÉ CALIXTO DE XAVIER, enviado especial

SANGRADOURO, município de Barra da Garça, MT — Cem guerreiros xavantes conquistaram anteontem a propriedade dos 36 mil hectares que reivindicavam, ao invadirem a fazenda Lança e dominarem seu proprietário, Livingstone Dorcelino Venâncio, seus catorze empregados e três policiais que no momento se encontravam no local protegendo a fazenda.

Não houve resistência à invasão dos xavantes. Livingstone e seus auxiliares se renderam à superioridade dos índios, como os demais fazendeiros que se dirigiram para a fazenda Lança. A invasão ocorreu às 6 horas, e às 9 horas era celebrado um acordo entre o cacique Babatire e os nove fazendeiros, referendado pelos guerreiros xavantes, na presença de um capitão, um tenente e 21 soldados da Polícia Militar de Mato Grosso, que estavam no local com a "missão de evitar um conflito armado entre brancos e índios".

O acordo, que restitui onze fazendas, foi celebrado após cerca de duas horas de negociações, em que o cabo João Vieira de Sousa, da

PMMT, exerceu o papel de mediador, auxiliado por dois jornalistas presentes na fazenda.

Mediante entendimento verbal, os fazendeiros Livingstone Dorcelino Venâncio, proprietário da fazenda Lança (500 hectares); Afonso Kinst, da fazenda Santo Antônio (500 ha); Adelino Mari, da fazenda Encantado (1000 ha); Pedro Toivo, da fazenda Minuano (500 ha); Dorvalino Dangese, da fazenda Pindorama (1.000 ha); Isaias Galvão, da fazenda Colibri (7.500 ha); Florindo Ferreira e outros, da fazenda Cabeceira Alta (870 ha); Neuvinho Guldane (500 ha); Arlindo Farrabale (500 ha); e Lino Kanatt, da fazenda Roca (500 ha); têm um prazo de trinta dias, até 15 de junho, para retirar sua colheita, adubos, equipamentos e as famílias de seus empregados.

Vencido o prazo, os fazendeiros que não tiverem conseguido retirar sua produção, poderão prorrogar em até quinze dias, contanto que procurem o cacique Babatire. Ao cabo desses prazos, se os fazendeiros não tiverem cumprido o acordo, os Xavantes da aldeia Dom Bosco voltarão para arrasar as construções, atear fogo aos palcos e galpões, como ameaçaram

fazer anteontem na fazenda Lança, antes do acordo.

Essa foi, certamente, a primeira vez que os Xavantes, sem contar com a participação da Funai, chegaram a um acordo direto com os invasores de suas terras. Os fazendeiros, que contam com certidões negativas fornecidas pelo órgão tutor dos índios, vão tentar agora indenização junto ao mesmo órgão, pois, além das benfeitorias, os fazendeiros tomaram vultosos financiamentos no Banco do Brasil.

VOLTA GRANDE

Para recuperar os 36 mil hectares de terras, parte das quais ainda é mata virgem que servirá para caça e pesca, além das nove fazendas, os índios Xavantes da aldeia Dom Bosco em Sangradouro desenvolveram uma luta que começou por volta de 1.967. A reserva de Sangradouro atual foi criada em 1.972 e demarcada dois anos depois, mas sem a concordância das novas lideranças.

O xavante Nicolau Tsererove, que durante algum tempo chefiou a aldeia, sucedendo seu tio, explicou que a demarcação feita pela Funai em 1974, obedeceu apenas à vontade dos antropólogos e indigenistas da Funai e dos

missionários salesianos, sobre os quais os Xavantes jogam grande culpa pela demora na demarcação da reserva, segundo o desejo dos atuais líderes da comunidade da aldeia Dom Bosco.

Já naquela época, conforme esclarece Nicolau, os Xavantes da reserva Sangradouro queriam que a área tivesse 70 quilômetros, a partir da BR-070, atingindo a região que eles chamam de "Volta Grande".

Os sucessivos presidentes da Funai — general Bandeira de Melo, general Ismarth de Oliveira e o atual Nobre da Veiga prometeram "solucionar" o problema da reserva Sangradouro. Porém, as promessas e as constantes viagens à Brasília fizeram com que os índios xavantes, comandados pelo cacique Babatire, perdessem a paciência.

Na segunda-feira passada os índios da aldeia Dom Bosco começaram a por em prática seu plano de recuperação das terras, onde se encontram as sepulturas de muitos familiares e que, por isso, para eles, tornaram-se sagradas. Inicialmente, atacaram três fazendas e expulsaram seus proprietários e empregados, sem fazer nenhuma vítima, "porque não houve resistência", conforme admitem os próprios Xavantes.

Na terça-feira, quando o coronel Anael Lemos, assessor especial da presidência da Funai, desceu no campo de pouso da aldeia Dom Bosco, em táxi aéreo fretado em Barra da Garça, a primeira coisa que os índios fizeram foi flechar, por duas vezes, a aeronave. E o coronel Anael Lemos, juntamente com o piloto que tentou fugir do local, ficou cinco horas "de castigo" na maloca que serve também como escola na aldeia Dom Bosco.

Segundo o cacique Babatire, o plano inicial era manter o coronel Lemos como refém até que o presidente da Funai solucionasse favoravelmente a questão de suas terras. "Como o coronel chorava como criança" — lembra Babatire — na tarde do mesmo dia os Xavantes liberaram o assessor do presidente da Funai, que embarcou para Brasília, no dia seguinte, dizendo que ia "submeter o pedido dos Xavantes a estudos nos departamentos competentes da Funai".

Assinalando que "não confiamos na Funai, que só presta para roubar e enrolar a vida do índio", Babatire explicou que a "liberação" do coronel era apenas uma estratégia. Tão logo ele fosse embora, começaria a preparação de um novo ataque.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 1426

Data: 17.05.81

Pg.: _____

Cem xavantes tomam fazenda pacificamente

Cem guerreiros xavantes conquistaram anteontem a propriedade dos 36 mil hectares que reivindicavam, ao invadirem a fazenda Lança, no município de Barra do Garça, Mato Grosso, e dominarem seu proprietário, auxiliares e policiais que se encontravam no local para "evitar um conflito armado entre brancos e índios".

A conquista das terras foi pacífica. O fazendeiro, a exemplo dos demais proprietários da região, fez um acordo com o cacique Babatire, pelo qual tem um mês de prazo para abandonar as terras.

PAG. 10